



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **PROJETO BÁSICO Nº 9/2021 - PRES/DG/SAOFC/COMAP/SEPAT**

## **1. INTRODUÇÃO**

### **1.1 Da exigência do Projeto Básico:**

1.1.1 Em atendimento ao disposto nos artigos 6º, inciso IX e 7º, § 2º e 9º da Lei n. 8.666/93, elabora-se o presente Projeto Básico, cujo objeto é a contratação de serviços de reforma e reparo do balcão de atendimento da recepção atingido pela chuva em decorrência do destelhamento do edifício sede do TRE-RO, por dispensa de licitação, por meio de contratação direta de pessoa jurídica.

## **2. OBJETO E SEUS COMPLEMENTOS**

### **2.1 DO OBJETO**

2.1.1 Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de reforma e reparo do balcão de atendimento da recepção atingido pela chuva em decorrência do destelhamento do edifício sede do TRE-RO, conforme quadro abaixo:

<b>ITEM</b>	<b>OBJETO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
01	Serviço de reparo no balcão de atendimento da recepção do TRE-RO.  O balcão é produzido em material de madeira/MDF, com formato em L, área de atendimento para deficientes, balcão inferior para uso dos atendentes, conjunto de gaveteiros e módulo de armário junto ao balcão, conjunto com 03 armários e cancela com acionamento automático.	01

2.1.2 Os serviços serão prestados na sede da empresa contratada, no município de Porto Velho/RO, pois o Tribunal está passando por reforma e manutenção. é de responsabilidade da contratada o recolhimento do balcão de atendimento e sua devolução à sede do Tribunal.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.1.3 Modelo e dimensão do balcão de atendimento: encontra-se à disposição para vistoria no hall principal térreo do TRE-RO.

### **3. DA GARANTIA**

3.1 Prazo de garantia dos serviços: 90 (noventa) dias, a contar da data de recebimento definitivo.

3.2 Caso seja constatado vício, defeito e/ou imperfeição nos serviços executados, a contratada deverá providenciar o reparo e/ou substituição no prazo definido pela contratante, contados do comunicado do TRE/RO, ficando por sua conta exclusiva as despesas correspondentes.

### **4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

4.1 Os serviços serão prestados na sede da empresa contratada, no município de Porto Velho/RO, pois o Tribunal está passando por reforma e manutenção.

4.2 O recebimento e a aceitação dos serviços dar-se-ão da seguinte forma:

4.2.1 Recolher os móveis na sede da contratante em até 24h após o recebimento da Nota de Empenho.

4.2.2 Realizar os serviços de reforma e reparo no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, e informar a contratante a conclusão dos serviços.

4.2.3 Entregar na sede da contratante os móveis, em até dois dias consecutivos após o término do serviço.

4.3 A contratada deverá utilizar produtos apropriados e autorizado pelo fabricante para não danificar / manchar / corroer a superfície e estrutura dos móveis.

### **5. JUSTIFICATIVA**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **5.1 Da necessidade**

5.1.1 Tragicamente, no dia 29.10.2021, aproximadamente às 16h, a sede do Tribunal foi acometida por um forte tornado que “arrancou” o telhado frontal do edifício. As instalações foram inundadas com a forte chuva que acompanhou o vendaval.

5.1.2 Com os destroços do telhado, “lançados” pelo vento, o trânsito da Avenida Rogério Weber ficou totalmente interditado. Postes de energia elétrica foram derrubados, fiação e cabos destruídos, deixando o Tribunal sem energia elétrica.

5.1.3 As instalações do Plenário, Presidência, Corregedoria, Diretoria-Geral e outras unidades foram inundadas. Móveis e equipamentos foram molhados.

5.1.4 Justifica-se a urgência na obtenção das propostas e a contratação imediata de pessoa jurídica em razão da proximidade dos eventos que serão realizados na sede do TRE-RO.

5.1.5 A presente contratação visa atender a necessidade do Tribunal Regional Eleitoral - TRE-RO, de prover o balcão de atendimento apto para uso, considerando que dia 25/11/2021 haverá a posse da nova Presidência presencial na sede do TRE-RO.

5.1.6 Assim, a reforma e reparo permitirá a reutilização dos bens que compõe o acervo do TRE-RO que foram atingidos pela chuva, em razão do destelhamento, dispensando a aquisição de novos pelo TRE-RO.

5.1.7 Considerando a proximidade do evento da posse da nova Presidência, a reforma e reparo dos bens se mostra a opção mais rápida e econômica para esta Administração.

## **6. DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO**

6.1 A necessidade da presente contratação surgiu em decorrência de um fato de força maior, os prejuízos causados pelo violento temporal/tornado que atingiu o prédio sede do TRE-RO. O Tribunal utilizará remanejamento orçamentário disponível para acobertar as despesas, com reforço encaminhados pelo Tribunal Superior Eleitoral.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **7. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

7.1 Como boa prática a ser observada na Administração Pública Federal, a **Resolução Nº 400 de 16/06/2021** instituiu a Política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, que dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário, bem como a **Resolução TSE nº 23.474/2016**, que dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos Tribunais Eleitorais.

7.2 Dada a ausência de Resolução neste Regional, adotou-se como parâmetro para estabelecimentos dos critérios de sustentabilidade ambiental a IN n. 001/2010 - SLTI/MPOG.

7.3 De acordo com o art. 6º da IN n. 001/2010-SLTI/MPOG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de execução de serviços pela Administração Pública Federal direta, na contratação de serviços, a Administração Pública poderá exigir critérios de sustentabilidade ambiental.

7.4 Em razão da urgência de se reformar o balcão da recepção, bem como do baixo valor de contratação, visando não inviabilizar ou dificultar a contratação, a Administração optou por não adotar critérios de sustentabilidade na Cotação de Preços 1 (evento [0761436](#)), razão pela qual mantem-se neste Projeto Básico.

### **8. DO VALOR**

8.1 O valor da contratação será de **R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)**. Tal valor corresponde à menor das propostas obtidas por meio da Cotação de Preços n. 1/2021 - SEPAT (evento [0761436](#)), realizada no mercado local, conforme quadro abaixo:

			Condor Industria e Comércio de Móveis LTDA <a href="#">0761437</a> , REGULAR	Empim Empresa de Móvel LTDA - ME <a href="#">0761438</a> , REGULAR	
--	--	--	--	--	--

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

			em todas as certidões, conforme evento <a href="#">0761441</a>		em todas as certidões, conforme evento <a href="#">0761442</a>	
ITEM	OBJETO	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	Balcão de atendimento para recepção  Formato em L, área de atendimento para deficiente, balcão inferior para uso dos atendentes, conjunto de gaveteiros e módulo de armário junto ao balcão, conjunto com 03 armários e cancela com acionamento automático.	01	R\$ 5.500,00	R\$ 5.500,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00

8.2 Conforme se verifica a proposta apresentada pela empresa ERLI PEDRO PADILHA, CNPJ: 22.821.276/0001-73, juntada no evento [0761439](#), foi a vencedora da cotação, apresentado o menor preço, no valor total de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), conforme resumo na tabela acima, e atendendo às exigências de habilitação do item 9 deste PB.

**8.3. Do enquadramento da dispensa de licitação:**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.3.1 O valor total da proposta enquadra-se no art. 24, II, da Lei 8.666/93, entende-se que a aquisição pretendida também pode ser feita de forma direta, por dispensa de licitação, já que o valor está aquém do teto legal.

### **8.4 - DADOS DA EMPRESA VENCEDORA:**

Nome da Empresa: ERLI PEDRO PADILHA-ME

CNPJ: 22.821.276/0001-73

Contatos: Erli Pedro Padilha

Telefone: (69) 99945-2252 / (69) 99364-2304

Representante: Erli Pedro Padilha

Dados bancários: Banco do Brasil, Agência 0102-3, conta corrente 106203-4

## **9. DAS HABILITAÇÕES E QUALIFICAÇÕES EM GERAL**

### **9.1 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA**

9.1.1 A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá, de acordo com o Inciso III, art. 28 da lei 8.666/1993, apresentação de Contrato Social em vigor, devidamente registrado, com as suas alterações com o CNPJ.

### **9.2 DA HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA**

9.2.1 A documentação relativa à habilitação fiscal e trabalhista, consistirá, neste caso, de acordo com o art. 29, da lei 8.666/1993 e posicionamentos do TCU, em:

9.2.2 Prova de regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ou, certidões com as seguintes regularidades:

9.2.2.1 Regularidade perante à Fazenda Federal e/ou Seguridade Social (INSS);

9.2.2.2 Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### 9.2.2.3 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas

## **10. DO CONTRATO**

10.1 O Contrato será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei n. 8.666/93.

10.2 Como condição para a emissão da Nota de Empenho de Despesa a compromissária deverá apresentar regularidade junto à Receita Federal, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho.

10.3 A Administração utilizará a remessa por e-mail de arquivo eletrônico contendo o inteiro teor da Nota de Empenho de Despesa e do seu Termo de Recebimento para impressão, assinatura e devolução pela compromissária, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da confirmação do recebimento do e-mail pela compromissária.

10.4 A compromissária poderá retirar a Nota de Empenho de Despesa, mediante assinatura do Termo de Recebimento, diretamente na Seção de Contratos, na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

10.5 Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa por via postal da Nota de Empenho de Despesa e do Termo de Recebimento para assinatura e devolução da compromissária.

10.6 O descumprimento injustificado, pela compromissária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que os licitantes remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições (§ 2º do art. 64 da Lei n. 8.666/93), sujeitando-se a compromissária, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado.

10.7 Recebida a nota de empenho, considera-se celebrado o contrato para todos os fins.

## **10.8 DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**10.8.1 SÃO DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

10.8.1.1 Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos nesta cotação de preços.

10.8.1.2 Receber os bens nos termos, prazos, quantidades, qualidade e condições estabelecidas nesta cotação de preços.

10.8.1.3 Promover o acompanhamento e a fiscalização do contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta.

10.8.1.4 Efetuar o pagamento, mediante ordem bancária ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do aceite definitivo, devidamente atestado pelo gestor do contrato.

10.8.1.4.1 Aos pagamentos serão aplicadas as retenções legais, na forma da legislação de regência;

10.8.1.4.2 Para realização dos pagamentos a contratada deve apresentar situação de regularidade perante à Fazenda Federal, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à Justiça do Trabalho.

10.8.1.4.3 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) / 365 \qquad I = (6/100) / 365 \qquad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%.$$

**10.8.2 SÃO DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

10.8.2.1 Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos nesta cotação de preços.

10.8.2.2 Entregar o objeto do contrato nos prazos especificados neste instrumento.

10.8.2.3 Fornecer o material de apoio e manter o pessoal de apoio necessário a realização do objeto.

10.8.2.4 Substituir, às suas expensas, os itens que estiverem em desacordo com o especificado nesta cotação de preços, no menor tempo possível.

10.8.2.5 Atender aos demais comunicados pelo gestor do contrato quanto ao cumprimento das cláusulas especificadas neste instrumento.

10.8.2.6 Receber o pagamento do valor ajustado em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do aceite definitivo da nota fiscal, devidamente atestada pelo gestor do contrato.

10.8.2.7 Situação de regularidade perante à Fazenda Federal, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à Justiça do Trabalho, quando da contratação e pagamentos.

10.8.2.8 Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do Contrato, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;

10.8.2.9 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões do contrato que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, ficando as supressões acima desse limite condicionadas a acordo entre as partes.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**10.9 DA VEDAÇÃO À SUBCONTRATAÇÃO:**

109.1. Não será permitida a subcontratação no todo ou em parte dos itens objeto deste contrato.

**11. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

11.1 Os serviços somente serão considerados executados mediante o recebimento definitivo emitido pelo Fiscal do Serviço e Gestor da demanda.

11.2 O recebimento e a aceitação dos serviços dar-se-ão da seguinte forma:

11.2.1 Recolher os móveis na sede da contratante em até 24h após o recebimento da Nota de Empenho.

11.2.2 Realizar os serviços de reparo e reforma no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, e informar a contratada a conclusão dos serviços.

11.2.3 Entregar na sede da contratante o balcão de atendimento, em até dois dias consecutivos após o término do serviço.

11.3 Quando da realização do serviço a contratada deverá apresentar a Nota Fiscal após a execução do serviço, do qual o gestor do contrato emitirá o Termo de Recebimento Provisório que tem apenas valor quantitativo, e que não tem valor de aceitação definitiva

11.4 Após a emissão do Termo de Recebimento Provisório, o gestor do contrato terá um prazo de 05 (cinco) dias consecutivos para realizar a análise qualitativa dos serviços prestados, que consistirá na verificação dos serviços conforme especificações constantes na cotação de preços, o qual emitirá o Termo de Recebimento Definitivo.

11.5 No caso de eventual inconsistência, omissões ou erros na entrega da prestação de serviços, o gestor do contrato emitirá um Termo de Avaliação que discorrerá de forma detalhada os inconsistências e prejuízos causados.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1 O descumprimento injustificado das obrigações assumidas com o recebimento da nota de empenho, sujeita a contratada à multa, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor do contrato, conforme a seguir:

I - Atraso injustificado da obrigação de fornecer os materiais até dois dias da data prevista: multa de 2% (dois por cento);

II - Atraso nos demais prazos e obrigações estipulados neste instrumento, será aplicada multa de 0,5% ao dia até o limite de 5 (cinco), podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação a partir do 10º (décimo) dia de atraso.

12.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração contratante poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 30% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

12.3. A multa eventualmente imposta à contratada será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha qualquer crédito neste Tribunal será intimada para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, realizar o recolhimento, sob pena de inscrição na dívida ativa da União (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01).

12.4. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração contratante.

12.5. A contratada se submete as sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

12.6. Os procedimentos a serem adotados em cada penalidade estão descritos no Capítulo VI – Das Sanções Administrativas da Instrução Normativa nº 004/2008-TRE/RO.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **13. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

#### **13.1 O GESTOR E O FISCAL**

13.1.1 A gestão e fiscalização será de competência do titular da Seção de Patrimônio - SEPAT, ou por seu substituto legal em caso das ausências, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008.

13.2. A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações ou registros no Relatório de Serviços.

### **14. ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES**

14.1 Dúvidas referentes a esta contratação poderão ser sanadas pelos servidores da Seção de Patrimônio - SEPAT, Avenida Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa da União, Porto Velho/RO, ou através dos telefones (69) 3211-2144, ou ainda, pelo e-mail [sepat@tre-ro.jus.br](mailto:sepat@tre-ro.jus.br).

### **15. ANEXOS**

15.1 Fazem parte deste Projeto Básico os seguintes anexos:

#### **15.1.1 ANEXO II – REGISTRO FOTOGRÁFICO ([0761445](#)).**



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Azevedo Andrade Júnior, Chefe de Seção em Substituição**, em 23/11/2021, às 12:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0764125** e o código CRC **6677A124**.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

---

0003568-30.2021.6.22.8000

PROCESSO: 0003568-30.2021.6.22.8000

INTERESSADO: SEPAT/COMAP

ASSUNTO: Dispensa de Licitação – Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de sonorização, filmagem e transmissão de eventos. Análise.

**PARECER JURÍDICO Nº 218 / 2021 - PRES/DG/AJDG**

**I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Coordenadoria de Material e Patrimônio (COMAP), **objetivando** a contratação de serviços de reforma e reparo do balcão de atendimento da recepção atingido pela chuva em decorrência do destelhamento do edifício sede do TRE-RO, por dispensa de licitação, por meio de contratação direta de pessoa jurídica ([0761372](#)).

**02.** A Solicitação de Contratação 18 ([0761428](#)), onde se formaliza o pedido de autorização para a elaboração de estudo técnico preliminar (ETP) e projeto básico (PB) da contratação pretendida, foi encaminhada pela unidade demandante SEPAT à Secretária de Administração, Orçamento, Finança e Contabilidade. E, pelo Despacho nº 2078/2021-PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0761432](#)), o pedido foi deferido pela secretária da SAOFC, em substituição, que determinou o envio dos autos à unidade demandante para a elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP), Projeto Básico (PB) e da Informação Conclusiva do Valor Estimado para esta licitação.

**03.** O Estudo Técnico Preliminar (ETP) para dispensas e inexigibilidades de licitação, contendo os elementos iniciais para elaboração



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

do projeto básico, foi juntado aos autos no evento [0761433](#). Para a estimativa do valor da despesa a unidade lançou mão de Pesquisa de Preços entre empresas do ramo no mercado local ([0761437](#), [0761438](#) e [0761439](#)).

**04.** Juntou-se aos autos a regularidade fiscal de 03 (três) empresas participantes do **certame**, **são elas: ERLI PEDRO PADILHA, CNPJ n. 22.821.276/0001-73; EMPIM – EMPRESA DE MÓVEL LTDA-ME, CNPJ n. 22.825.798/0001-43 e, CONDOR INSDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA, CNPJ N. 63.753.115/0001-77.**

**05.** Após a realização da Cotação de Preços nº 01/2021, a SEPAT elaborou a Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Licitação ([0762431](#)) e após atendimento a solicitação de diligência da COMAP ([0763246](#)) juntou-se aos autos o Projeto Básico nº 9/2021 – PRE/DG/SJGI ([0764125](#)).

**06.** Em seguida o documento recebeu a análise da Coordenadoria de Material e Patrimônio (COMAP), unidade responsável pela avaliação de Termo de Referência e Projeto Básico, nos termos do item XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE nº 004/08, entendeu pela regularidade do Projeto Básico citado, atestando que o referido instrumento, complementado pela proposta da empresa, encontram-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelos art. 6º, inc. IX art. 7º, inc. I da Lei nº 8.666/93 e da IN nº 04/2008 do TRE-RO, consoante Análise de Termo de Referência/ Projeto Básico nº 131/2021 ([0764212](#)).

**07.** Por sua vez, a Seção de Programação Orçamentária e Financeira (SPOF) apresenta nos autos disponibilidade orçamentária e financeira no valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) para suportar a despesa com a contratação do serviço pretendido, bem como a adequação da despesa ao PPA, LDO e LOA ([0763873](#)).

**08.** Assim instruídos, vieram os autos para análise jurídica acerca da modalidade licitatória a ser adotada. **É o necessário relato.**

## **II – ANÁLISE JURÍDICA**

**09.** A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, prevê, em seu art. 24, os casos de dispensa de licitação, nos quais, embora haja competição, é autorizado ao administrador a afastar o procedimento licitatório e contratar de forma direta.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**10.** Entre as hipóteses elencadas no referido dispositivo legal está a dispensa em função do pequeno valor do serviço ou compra, *in verbis*:

II - para outros serviços e compras de valor até **10%** (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**11.** Esclarece-se que os **10%** mencionado corresponde a **R\$ 17.600,00** (dezesete mil e seiscentos reais), pois o art. 23, II, "a", da Lei de Licitação e Contratos, atualizado pelo Decreto Federal nº 9.412, de 18 de junho de 2018, estabelece o valor de R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) para a modalidade convite.

**12.** No caso em tela, o valor da aquisição pretendido é de **R\$ 4.500,00** (quatro mil e quinhentos reais), conforme demonstrado no Projeto Básico 9 ([0764125](#)), na Cotação de Preço realizada ([0761436](#)) e na informação conclusiva sobre o valor estimado da contratação ([0762431](#)). Assim, está dentro do limite legal apresentado no item anterior. Portanto, a contratação pretendida **poderá** ser processada de forma direta, por **dispensa de licitação**, com amparo no **art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93**.

**13.** Sobre a cotação de preço levada a cabo no mercado local, ela é procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis às contratações diretas, quais sejam: a) a **razão da escolha do fornecedor**; e b) a **justificativa do preço** (**art. 26, Parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93**).

**14.** A possibilidade de a Administração contratar diretamente não a isenta de comprovar a regularidade dos preços e desconsiderar propostas excessivas ou inexequíveis. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU é firme em indicar que a realização de pesquisa de preços, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, **inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade**.

**15.** No vertente caso, **03 (três) empresas** com regularidade fiscal e trabalhista apresentaram propostas válidas, são elas:

. **ERLI PEDRO PADILHA, CNPJ n. 22.821.276/0001-73**, apresentou proposta do valor total de **R\$ 4.500,00** (quatro mil e quinhentos reais) - [0761439](#) - e habilitação fiscal e trabalhista regulares ([0761443](#)).

. **EMPIM – EMPRESA DE MÓVEL LTDA-ME, CNPJ n. 22.825.798/0001-43**, apresentou proposta do valor total de **R\$**





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**5.000,00** (cinco mil reais) – [0761438](#) - e habilitação fiscal e trabalhista regulares ([0761442](#)).

**. CONDOR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA, CNPJ n. 63.753.115/0001-77**, apresentou proposta do valor total de **R\$ 5.500,00** (cinco mil e quinhentos reais) – [0761437](#) - e habilitação fiscal e trabalhista regulares ([0761441](#)).

**16.** Essa hipótese vai ao encontro do que assentou o Tribunal de Contas da União (TCU) nos **Acórdãos 1.545/2003, 222/2004 e 2.975/2004, todos da 1ª Câmara e 1.782/2010 – Plenário**. Veja-se:

***Contratação de serviços por dispensa de licitação: 1 - Pesquisa de preços com pelo menos três cotações válidas***

Denúncia formulada ao TCU indicou irregularidades na realização de coleta de preços, no âmbito da Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa, para a contratação direta de serviços de diagramação e editoração do balanço de 2003 da empresa, para fins de publicação no Diário Oficial e em sítio da internet. A primeira das irregularidades seria a existência de vícios na condução, autorização e homologação de pesquisa de preços nos exercícios de 2004 e 2008. A esse respeito, a unidade técnica expôs que “Essa Corte de Contas vem defendendo, de forma reiterada, que a consulta de preços junto ao mercado, nos casos de dispensa de licitação, deve contemplar, ao menos, três propostas válidas...”. O relator, acolhendo a manifestação da unidade técnica, votou pela procedência da denúncia e expedição de determinação à Codesa no sentido de que, “faça constar dos processos de contratação direta, inclusive por meio de licitação com base no art. 24, incisos I e II, da Lei nº 8.666/93, pesquisa de preços de mercado, no número mínimo de três cotações válidas, elaborados por empresas do ramo, com identificação do servidor responsável pela consulta, conforme iterativa jurisprudência deste Tribunal”. O Plenário, por unanimidade, acompanhou o voto do relator. Precedentes citados: Acórdãos nº 1.545/2003-1ª Câmara – Relação nº 49/2003; nº 222/2004-1ª Câmara e nº 2.975/2004-1ª Câmara. Acórdão nº 1782/2010-Plenário, TC-003.971/2009-9, rel. Min. Raimundo Carreiro, 21.07.2010. (sem grifo no original)

***Contratação de serviços por dispensa de licitação: 2 - Prova de regularidade perante o INSS e o FGTS***

Ainda no que se refere à Denúncia formulada ao TCU que indicou irregularidades na realização de coleta de preços no âmbito da Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa, para a contratação direta de serviços de diagramação e editoração do balanço de 2003 da empresa, para fins de publicação no Diário Oficial e em sítio da internet, foi informada pelo denunciante a dispensa indevida de comprovação de regularidade da contratada para com o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS - e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, contrariando jurisprudência do TCU. Um dos responsáveis alegou, em sua defesa, que norma interna da Codesa demandava apenas “verificação de regularidade junto ao Cadin, não fazendo qualquer menção à certidão de INSS e FGTS, que, sob sua ótica, seriam itens obrigatórios para licitação, desconhecendo sua exigência nos casos de contratação direta”. Em sua análise, a unidade instrutiva, ao rejeitar os argumentos do responsável, registrou a existência de normas constitucionais (caput e § 3º do art. 195 da Constituição Federal de 1988) e legais (art. 2º da Lei 9.012 de 1995) que exigem prova de regularidade perante o INSS e o FGTS como condição para a contratação direta. Além disso, ainda conforme a unidade técnica, “A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que a regularidade junto ao INSS e ao FGTS é





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

condição necessária a ser observada, inclusive nos casos de contratação direta". O relator acolheu a manifestação da unidade técnica e votou pela procedência da denúncia, expedição de determinação corretiva à Codesa e levantamento do sigilo dos autos, no que foi acompanhado pelo Plenário. Precedentes citados: Decisão nº 705/1994; Acórdãos nº 1.467/2003 e nº 361/2007, todos do Plenário do TCU. **Acórdão nº 1782/2010-Plenário, TC-003.971**

**17.** Pois bem, verifica-se que o melhor preço obtido na cotação realizada foi oferecido pela empresa **ERLI PEDRO PADILHA, CNPJ n. 22.821.276/0001-73**, com a proposta no valor total de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) e habilitação fiscal e trabalhista regulares, justificando, portanto, a escolha desse fornecedor. Logo, os requisitos legais constantes no **art. 26, parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93** estão preenchidos.

**18.** Outro ponto é a necessidade de regularidade perante o INSS e o FGTS da empresa a ser contratada diretamente. Veja-se:

***Contratação de serviços por dispensa de licitação: 2 - Prova de regularidade perante o INSS e o FGTS***

Ainda no que se refere à Denúncia formulada ao TCU que indicou irregularidades na realização de coleta de preços no âmbito da Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa, para a contratação direta de serviços de diagramação e editoração do balanço de 2003 da empresa, para fins de publicação no Diário Oficial e em sítio da internet, foi informada pelo denunciante a dispensa indevida de comprovação de regularidade da contratada para com o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS – e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, contrariando jurisprudência do TCU. Um dos responsáveis alegou, em sua defesa, que norma interna da Codesa demandava apenas “verificação de regularidade junto ao Cadin, não fazendo qualquer menção à certidão de INSS e FGTS, que, sob sua ótica, seriam itens obrigatórios para licitação, desconhecendo sua exigência nos casos de contratação direta”. Em sua análise, a unidade instrutiva, ao rejeitar os argumentos do responsável, registrou a existência de normas constitucionais (caput e § 3º do art. 195 da Constituição Federal de 1988) e legais (art. 2º da Lei 9.012 de 1995) que exigem prova de regularidade perante o INSS e o FGTS como condição para a contratação direta. Além disso, ainda conforme a unidade técnica, “A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que a regularidade junto ao INSS e ao FGTS é condição necessária a ser observada, inclusive nos casos de contratação direta”. O relator acolheu a manifestação da unidade técnica e votou pela procedência da denúncia, expedição de determinação corretiva à Codesa e levantamento do sigilo dos autos, no que foi acompanhado pelo Plenário. Precedentes citados: Decisão nº 705/1994; Acórdãos nº 1.467/2003 e nº 361/2007, todos do Plenário do TCU. **Acórdão n. 1782/2010-Plenário, TC-003.971/2009-9, rel. Min. Raimundo Carreiro, 21.07.2010.** (Sem grifo no original)

**19.** No presente caso, a empresa com a melhor proposta apresenta regularidade fiscal e trabalhista, como se verifica nos documentos juntados nos eventos 0761439 e 0761443). Assim, este requisito está sendo observado pela Administração.

**20.** Pelos elementos que constam dos autos, entende-se possível enquadrar a despesa no **art. 24, II, da Lei nº**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**8.666/1993**, realizando-se a contratação, **diretamente**, com a empresa **ERLI PEDRO PADILHA**, CNPJ N. **22.821.276/0001-73**, a qual ofertou o menor preço para a prestação do serviço em comento, conforme cotações existentes nos autos, tendo demonstrado que reúne as condições mínimas para contratar com o setor público.

**21.** De outro lado, o **PB nº 9/2021-PRES/DG/SAOFC/COMAP/SEPAT (0764125)**, complementado pela cotação de preços nº 01/2021 (**0761436**), possui sob o aspecto formal, os elementos mínimos previstos pelo artigo 6º, inciso IX, da Lei de Licitações e Contratos (Lei 8.666/93), motivo pelo qual pode ser apresentado à **autoridade competente para sua aprovação**.

### **III – CONCLUSÃO**

**22.** Pelo exposto, e por tudo o mais que consta nos autos, esta Assessoria Jurídica opina:

a) pela viabilidade de contratação direta com a empresa **ERLI PEDRO PADILHA**, CNPJ: **22.821.276/0001-73**, por dispensa de licitação, nos termos do **art. 24, II, da Lei nº 8666/1993**; e

b) pela apresentação do PB 9 juntado aos autos (**0764125**) à autoridade competente para aprovação, caso assim entenda, em observância ao inc. I do § 2º do art. 7º do diploma legal citado.

**23.** Por derradeiro, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que impedida regimentalmente a pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto.

À consideração da unidade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 29/11/2021, às 09:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0765982** e o código CRC **7E981F0B**.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

---

0003568-30.2021.6.22.8000

PROCESSO: 0003568-30.2021.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

ASSUNTO: Contratação de serviços de reforma e reparo do balcão de atendimento da recepção do edifício sede do TRE-RO.

**DESPACHO Nº 1655 / 2021 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP, visando a contratação de serviços de reforma e reparo do balcão de atendimento da recepção atingido pela chuva em decorrência do destelhamento do edifício sede do TRE-RO, por dispensa de licitação, por meio de contratação direta de pessoa jurídica ([0761372](#)).

Para instruir os autos, juntou-se a solicitação de contratação ([0761428](#)); estudo técnico para dispensas e inexigibilidades de licitação ([0761433](#)); informação conclusiva sobre o valor estimado da licitação ([0762431](#)).

Carreou-se, também, as cotações de preços obtidas no mercado local apresentadas pelas empresas Erli Pedro Padilha ([0761439](#)); Empim - Empresa de Móvel Ltda-ME ([0761438](#)) e Condor Indústria e Comércio de Móveis Ltda. ([0761437](#)).

Conforme o Projeto Básico ([0764125](#)), a proposta apresentada pela empresa Erli Pedro Padilha, CNPJ: 22.821.276/0001-73, foi a vencedora da cotação, apresentando o menor preço, no valor total de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) e atendeu as exigências de habilitação do item 9 do PB.

A COMAP, em análise do projeto básico, complementado pela cotação de preços do proponente, juntada no evento [0761439](#) e documentos de habilitação ([0761443](#)), concluiu que a contratação que se pretende efetivar encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 14 da lei nº 8.666/93 para contratação



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

direta com dispensa de licitação. Ademais, manifestou-se favorável à adjudicação do objeto à empresa que apresentou a melhor proposta ([0764212](#)).

A COFC juntou aos autos a Programação Orçamentária [0763873](#), registrando que a despesa pretendida está adequada orçamentária e financeiramente com a LOA, PPA e LDO referentes a este exercício financeiro.

Instada, a AJDG opinou pela viabilidade de contratação direta da empresa, por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, II, da Lei nº 8666/1993; e pela regularidade do projeto básico ([0765982](#)).

Por sua vez, a SAOFC reconheceu a situação de dispensa de licitação e se manifestou pela aprovação do ETP e do PB; autorização da despesa de forma direta por dispensa de licitação; regularidade da informação conclusiva do valor estimado; contratação direta da referida empresa, desde que haja atualização prévia dos documentos de habilitação antes da efetivação da contratação; publicação da dispensa apenas no DJE, em respeito ao princípio da publicidade ([0765990](#)).

Cumpre registrar que o presente procedimento adota as regras da Lei nº 8.666/93, ainda vigente, tendo em vista que a *novel* Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei nº 14.133, publicada em 1º de abril de 2021, tem em seu artigo 191 c/c 193, a permissão para a utilização da lei geral de licitações anterior até o decurso do prazo de 02 (dois) anos, contados da data de sua publicação, momento este - 1º/04/2023.

Compulsando os autos, verifica-se que a contratação pretendida poderá ser processada de forma direta, por dispensa de licitação, uma vez que o valor estimado está dentro do limite legal permitido, podendo ser autorizada com amparo no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, já que houve regular cotação de preços entre as empresas especializadas nesse ramo de atividade, o que restou comprovado nos autos.

Com efeito, foram obtidas no mercado local três cotações válidas, ofertadas por empresas aptas a contratar com o setor público, o que vai ao encontro do que assentou o Tribunal de Contas da União nos Acórdãos 1.545/2003, 222/2004 e 2.975/2004, todos da 1ª Câmara e 1.782/2010 – Plenário. Sendo assim, a cotação de preço levada a cabo é procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicável a todas as contratações diretas, consoante o disposto no art. 26, parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/1993, conforme item 13 do Parecer Jurídico AJDG [0765982](#).



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Pelo exposto, com amparo nas atribuições conferidas pela Portaria GP nº 66/2018, bem como nos documentos e informações constantes dos autos:

**1 - aprovo o ETP (0761433) e o Projeto Básico 9 (0764125)**, porquanto possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso IX do art. 6º c/c §9º do inciso I do art. 7º da Lei nº 8.666/93;

**2 - aprovo o valor estimado da contratação constante da informação conclusiva, de evento nº 0762431**, em cumprimento ao item 44 do Anexo II da Portaria 101/2021/CNJ e ao Acórdão TCU 2622/2015 - Plenário;

**3 - Autorizo a despesa, por dispensa de licitação**, com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93;

**4 - dispenso a formalização de contrato**, o qual será substituído pela nota de empenho, nos termos do art. 62 da Lei nº 8.666/93, sendo instrumento idôneo e suficiente para regular a relação contratual;

**5 - Adjudico o objeto à empresa ERLI PEDRO PADILHA-ME**, CNPJ: 22.821.276/0001-73, por ter apresentado o menor preço, R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), e **autorizo a emissão de Nota de Empenho** em favor da referida empresa; e

**6 - Determino a publicação do ato de ratificação apenas no Diário de Justiça Eletrônico - DJE**, em respeito ao princípio da publicidade.

À SAOFC para a continuidade dos atos necessários à contratação do objeto destes autos, condicionada à atualização prévia dos documentos de habilitação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

**LOPES, Diretora Geral**, em 29/11/2021, às 18:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0766416** e o código CRC **6D6AF92F**.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

---

0003568-30.2021.6.22.8000

0766416v9